

*A Escola Inclusiva e a Alfabetização

** Prof. Ms Neuza Helena Postiglione Mansani

Autoridades presentes já nominadas
Professores, professoras, colegas
Pessoas da comunidade.

Quero, inicialmente, agradecer de público e de coração o convite, o chamamento para estar aqui, hoje, ao Alfredinho, que com sua sensibilidade, dignidade e trabalho me cativa e me emociona. Obrigada, amigo e obrigada, também, a toda sua equipe.

Se a vida não me proporcionou a oportunidade de ser um de vocês, professores e profissionais, pessoas maravilhosas, ligadas à área da chamada Educação Especial, sempre estive presente em pensamento e com a minha fala na luta que vocês têm enfrentado.

Parabenizo os responsáveis por este evento, enquanto parceiros na iniciativa: Usina do Conhecimento de Ponta Grossa, Secretaria Municipal de Educação/Coordenação do Ensino Especial, Núcleo Regional de Educação, APAE, APACD, APADEVI, APPDF, SOS, Fundação PROMOVER, ASSARTE, CEPRAF, que enquanto rede de relações, buscam a interação objetiva e subjetiva para a Sensibilização da Comunidade para a Inclusão das Pessoas portadoras de necessidades Especiais na Sociedade.

A escolha do tema deste Seminário é muito significativa, assim quero, neste momento, abrir frestas por ele e penetrar analisando o que subjaz a cada palavra da frase. Começo com a palavra sensibilização, no dizer de KOSIK, "O homem para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-la em coisa para si". Tornar as coisas para si, é estar sensibilizado. Sensibilização, cuja porta de entrada é a afetividade e a significação que dirigem o pensar, o sentir e o fazer do homem.

O sujeito, para conhecer as coisas em si, precisa querer, sentir necessidade, precisa não só conhecer, no sentido da informação, mas desafiar-se, provocar-se, contagiar-se. Penso que a sensibilização, desejada neste seminário, passa por aí.

A sensibilização tem, pois, uma dimensão pedagógica que visa estabelecer o vínculo significativo inicial, provocar a necessidade, acordar, desequilibrar e é em comunhão, mediados pela realidade, que os homens sensibilizam.

Este Seminário abre as portas para esta comunhão, para a realidade da Inclusão e, com certeza, vai sensibilizar a comunidade. Espero que, a partir de hoje, Ponta Grossa que é a Capital Cívica do Paraná, possa ser, também, a Capital da Sensibilização no Processo de Inclusão.

E, abrindo outra fresta no tema, encontro a palavra Inclusão. Para falar de Inclusão é necessário revisitar a história da educação no que se refere às pessoas com deficiência. História, esta, que para SASSAKI passou por quatro fases, a primeira denominada fase da Exclusão (período anterior ao século 20) na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições era tida como indigna de educação escolar; a seguir tivemos a fase da Segregação (século 20).

A partir da década de 50 e, mais concretamente, nos anos 60, com a eclosão do movimento dos pais de crianças a quem era ingresso em escolas comuns, surgem as escolas especiais e, mais tarde, as classes especiais dentro das escolas comuns. É a ruptura do sistema educacional em dois subsistemas: a educação comum e a educação especial, caminhando, paralelamente, sem nenhuma ligação.

E é na década de 70 que entramos na fase da chamada Integração, quando as escolas comuns recebiam crianças e adolescentes deficientes, mas com uma ressalva, somente crianças que conseguissem adaptar-se à classe comum e a exclusão estava posta para aqueles que não conseguissem adaptar-se ou acompanhar as demais crianças, "ditas normais".

É, então, na segunda metade da década de 80, que surge a quarta fase, tema do nosso Seminário - a INCLUSÃO - A partir de então, pensa-se o contrário, adaptar o Sistema Escolar às necessidades dos alunos, não mais um sistema dual, mas um sistema único da qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiências e com ou sem outros tipos de condições atípicas.

Inclusão, portanto, difere e supera a integração, pois enquanto a integração é um esforço unilateral da pessoa marginalizada para se inserir na sociedade através de medidas e receitas especiais, exclusivas; a Inclusão é um esforço bilateral em que tanto a sociedade modifica seus sistemas sociais, como passa a possibilitar o acesso das pessoas marginalizadas aos bens e serviços, como a própria pessoa marginalizada se prepara para melhor exercer seu papel na sociedade, como cidadão/cidadã.

Nasceu assim a Escola Inclusiva, a Educação Inclusiva baseada em princípios como: aceitação das "diferenças individuais" como atributo, não como obstáculo; a "valorização da diversidade humana" pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas e o "direito de pertencer" e não ficar fora, ser excluído.

Lembrando que a diferença e a diversidade são características do pensamento pós-moderno; neste ponto eu me permito fazer um corte para falar da Pedagogia da Diferença, que me parece puxar os fios na teia das relações do conhecimento.

Ao romper com a lógica dual que caracteriza os pares de oposição: subjetividade/objetividade; sujeito/objeto; professor/aluno; ensino/aprendizagem; cultural/ruptura; íntegro/diferente e uniforme/múltiplo ainda contemplados no interior da escola, ouso pensar uma outra lógica, a lógica da tríade, a partir de VYGOTSKY (modelo de dupla estimulação) no sentido da mediação como terceiro termo constitutivo da relação, numa lógica com possibilidades de abertura em ímpares, abertos em relações múltiplas, plurais.

Assim, passei a entender a subjetividade numa relação dialética com a objetividade da qual provém, dando sentido a ação humana, como relação sujeito - objeto na busca do conhecimento pela atividade, que é de natureza social, não como relação binária com ênfase em um ou outro mas, mediado pelo outro através da linguagem (linguagens), num fluxo de constantes trocas. Tendo como decorrência a mobilidade de fronteira entre o eu e o outro, relações de movimento, cujo resultante é o sujeito interativo e dialógico.

Pensei aproximar ensino de aprendizagem como "ensinagem" sem hífen (quando se perde a noção de composto, aglutina-se) mantendo as especificações opostas e encontrando na interface o processo de significação - mediador - numa dimensão interlocutiva, como princípio básico da "ensinagem"

E num processo, cultural e ruptura penetram-se mutuamente, incluem-se um no outro num fluxo de continuidade e descontinuidade, abrangendo as vozes do passado e do futuro como superação, pelo diálogo na e da diferença.

E finalmente, os pares íntegro e múltiplo amalgamados na diversidade, como movimento - pulsar interno do movimento espontâneo da vida - fazendo aparecer novos significados comuns.

Neste contexto entra um componente muito forte que é a cooperação, lembrando o mestre CÉLESTIN FREINET, pois o trabalho na Educação Inclusiva não pode ser um trabalho solitário, mas um trabalho cooperativo, em classes cooperativas, com professores que cooperam.

As crianças não se perdem na cooperação, não deixam de aprender quando dividem entre si as tarefas de aprendizagem, quando esta divisão é espontânea, baseada no interesse e nas possibilidades de cada um, porque esse interesse é fruto dessas possibilidades.

A cooperação cria laços muito fortes entre os alunos que encorajam e acolhem os menos habilitados, estabelecendo um tutoramento natural de um aluno mais capacitado em um assunto e apoiar o outro. É o reconhecer que cada um tem uma especificidade, uma facilidade maior e ou menor para tratar a diversidade dos assuntos escolares.

Isto predispõe os alunos a atualizar o que é latente, natural, sem receio de saber mais ou menos, mas de co-participar da aventura coletiva da conquista do conhecimento, enquanto no dizer de FREINET é prazer e alegria de conhecer.

Nesse processo, o professor respeita as diferenças, vai incluir todos os alunos, sem fazer nenhuma exceção, e mostrar que cada um deve ser considerado e respeitado em suas diferenças, no dizer de MANTUAN.

Neste contexto, como promover a autonomia e a cooperação no trabalho pedagógico? Como favorecer a (re) apropriação, por parte dos professores, do saber e do saber fazer necessários para essa ação escolar de qualidade inclusiva?

Penso, como SONIA KRAMER, que um dos caminhos alternativos é a formação do professor que está em serviço, feita na escola e a ela devem estar voltadas todas as instâncias para fortalecer em termos teórico-práticos, possibilitando ao professor uma reflexão constante sobre sua atuação, sobre os problemas enfrentados e uma instrumentalização naqueles conhecimentos imprescindíveis ao redimensionamento da sua prática.

A formação de professor em serviço deve possibilitar uma aproximação entre a atuação do professor em sala de aula e os conhecimentos nos quais ele se fundamenta, num trabalho conjunto e crítico entre os professores e demais profissionais da escola e, como quer FREINET, o intercâmbio de idéias, até mesmo pela correspondência, do saber fazer de cada um com os outros, numa rede interativa de saberes e de práticas com a Educação Inclusiva. Não serão, com certeza, os cursos, as oficinas e os encontros de vivência que por si darão conta deste trabalho.

O professor precisa ter espaço para dizer a sua palavra, questionar a sua experiência, alfabetizar-se no trabalho pedagógico inclusivo, pois para PAULO FREIRE, alfabetizar é dizer sua palavra, questionar a sua experiência e também, afetivar - tornar afetivo. É esse componente afetivo que deve

enlaçar, também, as relações inclusivas, principalmente, no processo de alfabetização.

Reconhecer as variações, lidar com as diferenças, com a confiança, com os conteúdos são preocupações que estão sobre os ombros do alfabetizador. O que é ser um alfabetizador?

Para responder a esta pergunta, precisamos saber o que é alfabetizar. Alfabetizar - se é conhecer o mundo, comunicando-se, expressando-se, ter espaço para aprender a ler e expressar o mundo por diferentes linguagens: oral, escrita, gestual, visual, auditiva, tátil, semiótica, enfim.

Ser alfabetizador é, portanto, conhecer a dimensão simbólica da linguagem, a linguagem das entrelinhas, dos gestos, do olhar para ter acesso ao mundo do aluno.

A criança começa a ler quando descobre que o mundo é feito de coisas que pode pegar, cheirar, apertar, morder... e que pode ser imitado, dramatizado, expresso em música, na dança, no desenho, na fotografia, na colagem, na montagem, na palavra falada e escrita.

Então, quando se compreende que a aprendizagem da leitura e escrita envolve uma dimensão simbólica, expressiva e cultural, compreende-se que ser alfabetizador é propiciar atividades sistemáticas, organizadas de tal forma que as diferentes formas de representação e expressão infantis sejam ampliadas gradativamente, até que elas compreendam o que é a leitura e a escrita e façam uso desse objeto cultural para a sua comunicação e expressão com o mundo.

Ser alfabetizador é ser um mediador na partilha dos significados e saber organizar o espaço alfabetizador como espaço de produção, trabalho, jogo, para que a criança possa circular livremente, tateando, experimentando, criando, fazendo escolhas para as suas representações do mundo.

Ser alfabetizador é abrir espaços para que as crianças aprendam a planejar suas ações na investigação do real, aprendam a buscar as respostas aos seus questionamentos nos livros, para que tenham espaços para a escrita livre, espaços de registros estéticos de seu saber e fazer.

Ser alfabetizador é oportunizar o tateio experimental em aulas- passeio, em espaços alternativos na escola ou fora dela, é dar a vez e a voz para todos os sujeitos com suas diferentes linguagens, garantindo, assim, a pluralidade, a polifonia. E, assim, possa conhecê-los além dos estereótipos, nas suas diferenças como sujeitos, que interagindo com seus interlocutores, apropriam-se de formas culturalmente organizadas de ação, constituindo-se como sujeitos de seus próprios desenvolvimentos.

Ser alfabetizador em escolas inclusivas é ser aquele que entende que a ação pedagógica não pode se reduzir ao quadro orgânico da deficiência, desconsiderando a importância dos aspectos socio-culturais na constituição do funcionamento psíquico.

Ser alfabetizador em escolas inclusivas é não interromper, não corrigir, não desconsiderar o que a criança diz ou faz, mas acreditar na possibilidade de seu fazer e de seu dizer.

Ser alfabetizador em escolas inclusivas é não tratar a criança como menos desenvolvida, mas tratá-la como uma criança que se desenvolve diferente.

Ser alfabetizador em escolas inclusivas, na proximidade do novo século, é desenvolver algumas das virtudes, propostas por CALVINO para o terceiro milênio, tais como: a leveza, a rapidez, a visibilidade, a multiplicidade.

E para terminar, quero fazer um convite a todos para a re-construção do olhar sobre a educação inclusiva:

- olhar a diversidade do significado e do sentido das coisas;
- olhar a multiplicidade dos sujeitos, das vozes e dos olhares sobre o mundo;
- olhar o recorrente, o peculiar, os detalhes, pois sempre aparecem coisas novas para se levar em conta;
- olhar a diferença...

E, também, o convite para re-significação do olhar de afetividade, que ficou perdido no culto à objetividade deste final de século; dizendo a cada um que, pacientemente, me ouviu: - Vai aonde te leva o coração, embalado pelas palavras do imortal PAULO FREIRE.

"Ser tolerante não é ser conivente com o intolerável, não é acobertar o desrespeito, não é amaciar o agressor, disfarçá-lo. A tolerância é a virtude que nos ensina a conviver com o diferente. A aprender com o diferente, a respeitar o diferente".

*Palestra de Abertura do Seminário: Sensibilização da Comunidade para a Inclusão das Pessoas portadoras de Necessidades Especiais na Sociedade. (21/09/98)

****Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Especialista em Alfabetização e Mestre em Educação.**